



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FATECS

CURSO: ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: MONOGRAFIA

ÁREA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROFESSORA ORIENTADORA: CAROLINA LOPES ARAÚJO

O ECODESENVOLVIMENTO E A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Maurício Souza Vasconcelos

20742193

Brasília, DF

Junho de 2010.

O ECODESENVOLVIMENTO E A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em administração do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Profa. orientadora: Carolina Lopes Araújo

Brasília, DF
Junho de 2010



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

CURSO: ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: MONOGRAFIA

ÁREA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROFESSORA ORIENTADORA: CAROLINA LOPES ARAÚJO

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora: Carolina Lopes Araujo; M.Sc.

Professor(a) Convidado(a):

Professor(a) Convidado(a):

BRASÍLIA/DF, _____ DE _____ DE 2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à região norte do Brasil, onde estão minhas raízes e as pessoas responsáveis pela minha formação como cidadão brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, professora Carolina Lopes Araújo, por me mostrar um novo caminho dentro do curso de administração, aos meus companheiros e amigos que me auxiliaram na construção do presente trabalho e à minha família que foi o principal motivo para seguir em frente e lutar pelos meus ideais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cadeia de eventos para o conflito agrário no Estado do Pará.....	21
Figura 2: Processo de expulsão dos colonos	23
Figura 3: O paradigma do “biocubo”	26
Figura 4: Modelo de reaproveitamento da biomassa	27
Figura 5: Dez Sugestões para uma sociedade sustentável	28

RESUMO

A presente monografia teve como tema “O Ecodesenvolvimento e a Amazônia brasileira”. Possui o objetivo de descrever resumidamente as políticas de desenvolvimento destinadas à região amazônica pelo governo brasileiro, evidenciando os principais problemas enfrentados pela região desde a década de 1940, além de apresentar os princípios do Ecodesenvolvimento como uma alternativa para solução destes problemas. O estudo é composto por seis partes, sendo a primeira delas, a introdução onde são apresentados os objetivos, a problemática de pesquisa e os aspectos metodológicos. Em sequência, apresenta-se uma breve análise englobando seis décadas de políticas de desenvolvimento para Amazônia, seguida do capítulo onde são apontados os principais problemas ocasionados pela forma em que o desenvolvimento foi aplicado na região. Posteriormente, evidencia-se a evolução do pensamento do desenvolvimento sustentável, seguido do capítulo referente à conceituação do Ecodesenvolvimento e da apresentação dos seus princípios. Por fim, a sexta parte, composta com as conclusões do estudo, tendo o objetivo de responder a problemática de pesquisa proposta, esta que consistiu em verificar de que forma os princípios do Ecodesenvolvimento podem servir como alternativa para amenizar problemas sócio-ambientais observados desde a década de 1940 na região amazônica.

Palavras-chave: desenvolvimento, políticas públicas, Amazônia, Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	10
3. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL	11
3.1 A Década de 1940 – Governo de Getúlio Vargas.....	12
3.2 A Década de 1950 – Governo de Getúlio Vargas.....	13
3.3 A década de 1960 – “Operação Amazônia” de Castelo Branco.	14
3.4 A Década de 1970 – SUDAM, PIN e PROTERRA	15
3.5 A Década de 1980 – A decadência dos projetos agropecuários	16
3.6 A Década de 1990 – Governo de Fernando Henrique Cardoso	16
4. AS CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-AMBIENTAIS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA.....	18
5. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ECODESENVOLVIMENTO	25
5.1 A evolução do Desenvolvimento Sustentável.....	25
5.2 O Ecodesenvolvimento.....	25
5.3 A Aplicação do Ecodesenvolvimento.....	26
6. PENSANDO UMA NOVA AMAZÔNIA	29
6.1 Alimentação.....	29
6.2 Habitação	30
6.3 Energia	30
6.4 Industrialização dos Recursos Renováveis	31
6.5 Conservação dos Recursos Naturais	31
6.6 Serviços Sociais	31
7. CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia vive um dilema que se perpetua desde o descobrimento das Américas. O mundo moderno discute qual será a maneira correta de lidar com um problema que parece inevitável, o uso dos recursos naturais renováveis e não-renováveis que esta floresta equatorial ainda guarda. A ameaça do uso inadequado e conseqüente esgotamento dos recursos naturais é uma constante preocupação no pensamento mundial. Percebe-se como a situação está ao ponto de se tornar insustentável tanto para a população que depende deste ecossistema, como para o governo brasileiro, que, ao longo dos anos viu este problema se agravar.

A temática do Ecodesenvolvimento e Amazônia brasileira se mostra emergente em discussões acadêmicas e de políticas públicas governamentais. Do ponto de vista social, a escolha do tema justifica-se no intuito de promover um estudo que auxilie nas reflexões da sociedade sobre os modelos de desenvolvimento da região amazônica e de entendimento do Ecodesenvolvimento. Em âmbito gerencial, a justificativa se dá na contribuição para o melhor entendimento e possível aplicação conceitual do Ecodesenvolvimento, de forma a amenizar o impacto socioambiental provenientes de atividades governamentais e empresariais. Para fins acadêmicos, o estudo da temática pode ser justificado objetivando deixar uma contribuição para o melhor entendimento por parte de acadêmicos sobre as políticas na Amazônia e do Ecodesenvolvimento.

A presente monografia teve como objetivo geral a descrição resumida das políticas governamentais de desenvolvimento na Amazônia brasileira, apontando os principais problemas sócio-ambientais enfrentados pela mesma a partir de 1940, e apresentando os princípios do Ecodesenvolvimento como uma alternativa de desenvolvimento para a região.

Como objetivos específicos, foram estabelecidos; a descrição resumida das políticas empreendidas pelo governo brasileiro relativas à ocupação e ao uso da Amazônia desde os anos 1940; a descrição das principais conseqüências sócio-ambientais causadas por tais políticas; a descrição da evolução do pensamento de desenvolvimento sustentável e por final, a conceituação e apresentação dos princípios do Ecodesenvolvimento. Os objetivos específicos traçados possuem o

intuito de responder ao problema: Como os princípios do Ecodesenvolvimento podem contribuir para a criação de alternativas de desenvolvimento que amenizem os principais problemas sócio-ambientais observados na Amazônia a partir da década de 1940?

2. METODOLOGIA

Quanto a metodologia, salienta-se que o tipo de pesquisa utilizada nesta monografia se caracteriza, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva. Baseando-se em Gil (1999, p. 44), a pesquisa descritiva "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis". Isto pode ser verificando ao longo do trabalho, no levantamento das políticas de desenvolvimento na Amazônia a partir da década de 1940, nos principais problemas evidenciados na região, na descrição da evolução conceitual do desenvolvimento sustentável e na apresentação do Ecodesenvolvimento como alternativa para o desenvolvimento da região. Por final, se faz necessário o cruzamento das informações adquiridas na pesquisa para se apresentar a reflexão proposta na conclusão da monografia.

Referente ao delineamento da pesquisa, esta se apresenta como uma pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (1999, p. 65), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente livros e artigos científicos". A pesquisa bibliográfica é recomendada também quando se trata do estudo de fatos históricos, onde fatos acontecidos só podem ser resgatados através de fontes secundárias, como no caso deste trabalho.

3. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Para se entender a ordem cronológica da implementação das políticas de desenvolvimento na Amazônia, deve-se ressaltar que esta região viveu fases distintas na sua ocupação moderna. Primeiro, foi o processo de comercialização e titulação das terras, onde ficou evidente a preocupação em se ocupar o mais rápido possível a região, tendo em vista o processo de integração nacional iniciado por Getúlio Vargas, na década de 1940 (OLIVEIRA, 2005).

Esse primeiro momento foi seguido pelos projetos agroindustriais e agropecuários, nos quais a SUDAM teve papel fundamental em apoiá-los. Depois vieram os projetos nacionais de colonização privados e públicos, sendo sucedidos pelo processo de reforma agrária de 1985. Finalmente a exploração energética e mineral, seguidas pela expansão madeireira e a entrada de incentivos para a agricultura dos grãos do agronegócio.

Nos governos militares pós-64, é percebido que a ideologia de desenvolvimento do Brasil foi focada na geopolítica de integração nacional. Cada uma das três regiões brasileiras (Centro-Sul, Amazônia e Nordeste) deveria cumprir determinados papéis para o desenvolvimento do país como um todo. O Centro-Sul ficaria com o papel de implementar a industrialização e a agricultura modernizada às regiões como o nordeste e a Amazônia (OLIVEIRA, 2005).

A justificativa para se aplicar estas medidas se deu na lei 5.173, de 27/10/1966, onde se ressaltava que a Amazônia era: “[...] um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial, como possível área de reserva, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional [...]”

Neste caso a intenção era incentivar a migração em massa do nordeste para a Amazônia, tendo em vista que se considerava como solução, a disponibilidade de recursos naturais da Amazônia e a falta deles no nordeste.

Constatava-se que a região também deveria ser modernizada através do apoio da tecnologia que o Centro-Sul utilizava para o desenvolvimento da agricultura e dos seus centros urbanos. É evidenciado o atraso estrutural e econômico da região em parte da justificativa da lei 5.173, de 27/10/1966, onde ressalta “o

extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividades econômicas”.

Com esta breve abordagem histórica, será possível visualizar as políticas destinadas ao desenvolvimento da Amazônia, década por década, a partir dos anos de 1940.

3.1 A Década de 1940 – Governo de Getúlio Vargas.

Seguindo uma lógica linear, de acordo com Mahar (1978), a entrada dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial, em 1942, foi o agravante para a criação de uma política que ficaria conhecida como a “Batalha da Borracha” no Brasil. Os pactos de ajuda mútua conhecidos como “Acordos de Washington”, consistiam na colaboração brasileira em fornecer matérias primas estratégicas, onde a borracha era um dos principais itens. Isto culminou em investimentos pesados da parte dos Estados Unidos, sendo revertidos pelo governo brasileiro em facilidades de crédito, criação de infra-estrutura de transporte e de saúde, e o mais importante, o incentivo para o recrutamento em massa de mão-de-obra nordestina para a exploração das seringueiras na Amazônia brasileira, ocasionando uma explosão populacional (REIS, p. 76, 1972).

Neste contexto, em 1942, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), e mais tarde a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA). Ambos tinham o intuito de facilitar o transporte e o assentamento de pessoas, principalmente retirantes da seca vivida no nordeste brasileiro, para as regiões do norte do Brasil onde estavam os focos de produção da borracha.

As conseqüências dessas medidas de certo modo foram desastrosas, pois era disseminada uma ilusão positiva das condições de trabalho e de vida nos pólos produtores da borracha. A não realização destas condições, juntamente com o rigor imposto na extração da borracha, causou o abandono quase imediato das atividades por muitos dos trabalhadores (MAHAR, p. 13, 1978).

Para dar suporte aos trabalhadores e dinamizar a produção, foram criados diversos órgãos para dar estrutura à força de trabalho, entre eles o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), fornecendo assistência médica e promovendo o saneamento, com intenção de combater doenças tropicais. A Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) possuía o papel de abastecer a região

com suprimentos necessários para a manutenção destes trabalhadores. Já o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), tinha o intuito de melhorar a estrutura de transporte da região, construindo novos aeroportos e melhorando o sistema fluvial (MAHAR, p.14, 1978).

3.2 A Década de 1950 – Governo de Getúlio Vargas.

De acordo com Mahar (1978), após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, a recuperação da produção de borracha asiática interferiu diretamente nos incentivos que antes beneficiavam o Brasil, deixando-o descoberto de capital externo para o desenvolvimento da região Amazônica. Notou-se a vulnerabilidade da economia da borracha no mercado externo, e começou a ser defendida uma política mais apropriada e vasta para desenvolver a região norte.

No ano de 1953, foi aprovada a lei n. 1.806, a qual possibilitava a criação de um plano de desenvolvimento regional. No mesmo ano, foi criado o órgão que ficou conhecido como SPVEA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia. A superintendência tinha o objetivo de criar obras e serviços públicos com o intuito principal em desenvolver a região, através da produção mineral, industrial, agrícola e de melhorar indicadores sociais (saúde, saneamento, nutrição, educação, imigração, colonização) e econômicos.

A SPVEA abrangia estados como: Pará, Mato Grosso, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Amazonas, além de uma parte do estado de Goiás. A princípio, suas ações estavam divididas em planos quinquenais, que davam foco especial em determinadas pendências da região, como o aumento da produção de matérias primas, desenvolvimento dos transportes (como no caso da criação das rodovias Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho), produção de energia etc. A intenção era desenvolver uma potencialidade ou resolver uma pendência de cada vez (KITAMURA, 1994).

Durante a sua execução, surgiram entraves como o planejamento orçamentário e de custeio, além da SPVEA não possuir controle absoluto dos seus recursos, sendo muitas vezes executado em convênio com outros órgãos da região. Com isto não foi possível executar na totalidade as ações planejadas para o desenvolvimento da região (MAHAR, p. 18, 1978).

3.3 A década de 1960 – “Operação Amazônia” de Castelo Branco.

Com as reformulações políticas desencadeadas pelo presidente Castelo Branco em 1964, começou a se repensar o funcionamento do desenvolvimento regional. Com isto, no final de 1966, foi aprovado um conjunto de leis que deram base à implementação do que ficou conhecido como “Operação Amazônia”. A intenção principal destas medidas, nas palavras de Mahar (1978); era criar “pólos de desenvolvimento” e grupos de população estáveis e auto-suficiente (especialmente nas áreas de fronteira); estimular imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infra-estrutura; e pesquisar o potencial dos recursos naturais.

A transferência de um modelo de desenvolvimento que teve relativa efetividade na porção Nordeste do país inspirou a política econômica para a Amazônia do governo de Castelo Branco. Este modelo baseava-se no pressuposto que através de incentivos fiscais variados, fosse possível atrair investimentos internos e externos que proporcionassem a industrialização local, ficando o governo com a principal função de proporcionar a infra-estrutura necessária para a aplicação dos futuros investimentos.

Após esta primeira fase, percebendo a dificuldade com que a SPVEA executava suas atividades e analisando como os países vizinhos (Venezuela e Peru) estavam tratando a questão de proteger a “sua” Amazônia, o governo resolveu mudar de estratégia e modificar a SPVEA. Surge a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, agora com poderes ampliados com a Lei n. 5.174, de 27 de outubro de 1966. Com esta lei, os incentivos fiscais praticados anteriormente agora abrangem maior alcance e benefícios. Vale ressaltar a isenção de imposto de renda, onde empresas que estivessem dispostas a se instalar na região poderiam comprar máquinas e equipamentos importados, além de exportar produtos produzidos regionalmente sem a adição de impostos. Para servir de auxílio a estas novas medidas, foi criado, no mesmo ano, o BASA (Banco da Amazônia S.A), que era de importância fundamental para o sucesso da nova política de desenvolvimento (MAHAR, p. 22, 1978).

De acordo com Kitamura (1994), este período também foi marcado pela criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), sendo apoiada pela legislação aprovada em 1967 (MAHAR, 1978). Era alegado que deveria ser criado um “Pólo de Desenvolvimento” na Amazônia Ocidental, tendo em vista que a maioria dos

recursos era destinado à Amazônia Oriental, onde o Pará e os demais estados pertencentes a esta sub-região, supostamente recebiam parcela maior dos fundos de investimentos, por possuírem maior mercado e infra-estrutura.

3.4 A Década de 1970 – SUDAM, PIN e PROTERRA

Primeiramente a SUDAM, assim como a SPVEA possuía um plano quinquenal de desenvolvimento, possuía oito objetivos, mas a maioria deles englobava as mesmas metas que a “Operação Amazônia” estabelecia como prioridade, entre elas; a ocupação humana e a substituição das importações (KITAMURA, 1994). Assim, produtos provenientes da agricultura, da pecuária e da indústria deveriam ter expressividade maior e substituir o extrativismo antes praticado na região. Outro setor que foi muito beneficiado pelos fundos gastos no plano quinquenal, foi o de transporte, tendo em vista que era fundamental ligar os “pólos de desenvolvimento”. Com isto, a construção e pavimentação de estradas representaram 80% das despesas do plano, no item transporte (MAHAR, p. 26, 1978).

Entretanto, com o plano quinquenal, a SUDAM sofreu com os mesmos problemas vivenciados na antiga SPVEA, frutos da dispersão dos recursos que deveriam ser aplicados nos objetivos desenvolvimentistas estabelecidos. De recursos próprios, ela possuía apenas 12% do que era orçado para a sua plena atividade, os outros 88% provinham da iniciativa privada e de outros órgãos governamentais, deixando-a impossibilitada de cumprir os objetivos planejados (MAHAR, p. 27, 1978).

No I Plano Diretor da SUDAM, ficou evidente a preocupação com a falta da iniciativa governamental em dar suporte à infra-estrutura da região, onde era ressaltado que o governo deveria prover recursos para a continuidade do que havia sido planejado neste quesito, e não depender quase exclusivamente de recursos das empresas privadas que se estabelecessem na região.

No plano diretor também foi ressaltado a deficiência econômica de atividades como a agricultura extrativa (KITAMURA, 1994), e de produtos primários em geral tinham em manter índices crescentes de produção, tendo em vista que estes produtos estavam sujeitos a alterações no mercado externo e os preços poderiam cair repentinamente, prejudicando a execução dos planos de desenvolvimento

estabelecidos para a região. Com este pressuposto, os elaboradores do I Plano Diretor da SUDAM, alegavam como solução a diversificação da economia regional para que ela se tornasse auto-suficiente e menos dependente dos interesses comerciais e industriais do resto do país (MAHAR, p.29, 1978).

Com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), a construção de estradas ganha ênfase maior na região ao receber benefícios que este programa proporcionava. Paralelo a este programa surgiu o PROTERRA, que incentivava a distribuição de terras à agroindústria e tinha como objetivo a substituição da agricultura migratória antes praticada na região, ressaltando que este período foi marcado pela construção das grandes rodovias que vieram constituir a malha rodoviária da Amazônia. Estas rodovias visavam o escoamento da produção da agroindústria e “proporcionavam” a integração com as outras regiões, ficando conhecidas como: Transamazônica, Perimetral Norte e Cuiabá-Santarém (KITAMURA, 1994).

3.5 A Década de 1980 – A decadência dos projetos agropecuários

Esta década foi marcada pela implantação de políticas voltadas à mineração, à reforma agrária, à exploração energética e da agroindústria. Surge o Projeto Grande Carajás, o POLONOROESTE e o Projeto Calha Norte. Nas novas diretrizes se atenta à decadência dos projetos agropecuários, onde os produtos provenientes desta atividade já não possuíam preços atraentes para o mercado externo. Com isto o foco das políticas de desenvolvimento passa a ser a criação de divisas para a proteção da Amazônia brasileira, a exploração do potencial mineral da região (ressaltando o interesse mundial nas reservas contidas no território brasileiro) e a construção de hidroelétricas para atender a demanda energética nacional (KITAMURA, 1994).

3.6 A Década de 1990 – Governo de Fernando Henrique Cardoso

No plano de governo de Fernando Henrique Cardoso estava estabelecido como meta a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento destinado à Amazônia Legal. Com isto surgiram políticas que evidenciariam a “recente” preocupação mundial contida no Relatório de Brundtland.

Entre os princípios de desenvolvimento contidos nas políticas do governo de

FHC, era evidente a preocupação com o desenvolvimento dos ecossistemas típicos e da utilização de peculiaridades regionais, surgindo órgãos como o FNO (Fundo de Financiamento do Norte) e o FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), estes que forneceram suporte a pesquisas e ações que se baseavam neste novo contexto (GOÉS, p. 54, 2008).

No plano plurianual 1996-1999, foi inserido como objetivo a integração da Amazônia com o restante do país, esta medida abrangia a melhoria da infraestrutura em comparação às outras regiões e a redução das desigualdades sociais (GOÉS, p. 55, 2008).

4. AS CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-AMBIENTAIS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Na década de 50, pela primeira vez foi cogitada a possibilidade da reforma agrária no Brasil. O então presidente e proprietário de terras João Goulart, dava sinais de que iria ser implementado um programa de distribuição de terras mais igualitário, porém o golpe de 1964 impossibilitou a concretização dos planos do governo (TORRES, 2005).

Com a experiência de sucesso de países como o Japão e Coréia do Sul, no tocante da reforma agrária, o Brasil começou a ser influenciado pelo pensamento de que, por meio da distribuição igualitária da terra, se promoveria o fortalecimento do meio rural e conseqüentemente, daria suporte ao desenvolvimento do setor industrial no campo. O que aconteceu no Brasil foi contraditório, onde a história de distribuição de terras iniciada desde o tempo das capitanias hereditárias se contrapôs à nova política apresentada pelo governo.

A análise desta contradição é percebida no argumento de Maurício Torres (2005):

De forma retrógrada, industriais começaram a usufruir a renda da propriedade rural e a defender a manutenção da estrutura concentradora das terras. Anulava-se, assim, o interesse da indústria pelos agricultores pobres, aliança que, em muitos países abria a via para uma radical reforma agrária.

Nas décadas seguintes, de 1960 e 1980 surgiram os grandes latifúndios presentes até hoje na Amazônia brasileira, todos beneficiados pelas políticas de suporte empregadas pelo governo através de órgãos como o FIDAM – Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia. Estas políticas baseadas em incentivos fiscais para compra de terras e máquinas beneficiavam, em sua maioria, as empresas de grande capital. Em muitos casos, organizações que não tinham nenhuma relação com a agropecuária, entre eles, bancos e grandes varejistas nacionais, aproveitavam-se da oportunidade (terra com preços irrisórios, incentivos fiscais) e compravam verdadeiros “países” dentro dos estados que englobam a Amazônia (TORRES, 2005).

Pode-se destacar como pensamento constante na década de 1970, o caráter bandeirante que as políticas de desenvolvimento desempenharam na região. No

discurso do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), foi destinada à Amazônia a concepção de “deserto a ser povoado”, onde era negligenciado a presença de povos originais da região. No mesmo governo, Médici difundiu um dos principais slogans do seu governo, no tratante do desenvolvimento e proteção da Amazônia, o conhecido “Homens sem terra à terra sem homens”. Pode-se evidenciar no próprio discurso político da época, o que a região representava para os interesses do Brasil em geral: era negada a condição humana a toda uma população que habitava a região anteriormente, apresentava-se novamente a idéia da “Amazônia exótica”, que deveria ser desbravada e desenvolvida em uma lógica de desenvolvimento já aceito e implementado no resto do país, dando suporte para uma base sem precedentes de destruição cultural e natural (TORRES, 2005).

A destruição do ecossistema da região, no caso o desmatamento, era apoiado pelas políticas governamentais e pela mídia da época, como fica evidenciado por Torres (2005 *apud* Manchete, 1973):

A floresta amazônica não é apenas uma, mas duas: a que consegue alçar suas copas até o sol e a outra, ainda escondida na densa penumbra do fabuloso mundo vegetal onde em grande parte a luz solar só chega através das réstias verticais do meio-dia – espécie de selva-reserva à espera que as grandes árvores que a sufocam sejam derrubadas para que consiga também um lugar sob o sol pleno.

O pensamento econômico de não-esgotamento praticado na época, sustentava a idéia que tudo valia a pena ao se tratar da propagação do desenvolvimento a uma região até então esquecida pelo resto do Brasil.

Foi desconsiderada, durante três décadas, a presença de um campesinato tradicional baseado nos sistemas agroflorestais (coleta de látex da seringueira, coleta de castanha, pesca e caça), sendo que o impacto da expansão da “nova” fronteira agropecuária incidiu diretamente nos grupos que praticavam este tipo de atividade, muitas vezes expulsando-os para o interior da floresta ou alocando-os nas cidades que surgiram (TORRES, 2005).

O processo de ocupação foi totalmente contrário ao que era proposto inicialmente, a intenção era “ocupar espaços vazios”, mas atividades como a pecuária necessitam de pouca mão de obra. Além dos problemas já citados, a expansão da agropecuária, afetou também grupos indígenas que, ao entrar em contato com os “brancos”, adquiriam doenças, causando pesadas baixas

demográficas. Mais um fator evidente neste processo, contrário aos objetivos das políticas do governo, era o fato da densidade de ocupação empregada selecionava qualitativamente quem ocuparia a terra, dando prioridade a conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros em vez das populações camponesas migrantes e tradicionais da região (TORRES, 2005).

A violência no campo marcou e ainda ocorre em grande parte da Amazônia Legal, tendo em vista a falta de suporte à população tradicional e aos colonos que foram incentivados a migrar para a região. Dentro da realidade hostil do novo ambiente a ser desbravado, é importante citar a falta de assistência por parte do governo em manter a população local com certo nível de dignidade, a falta assistência técnica e de saúde e de infra-estrutura. As comunidades locais ficam muitas vezes vulneráveis aos interesses dos “fazendeiros” que desenvolvem alguma atividade econômica no local, e quando essas comunidades resolvem procurar seus direitos ou reivindicar alguma melhoria na sua situação, são severamente punidas pelos grandes proprietários de terra ou até mesmo pelas esparsas instituições que teriam a obrigação de defendê-los (TORRES, 2005).

Os conflitos agrários ocorridos no estado do Pará servem de base para se entender como foi dado o processo contraditório de ocupação da região norte, incentivado pelo próprio estado e pelo governo brasileiro.

O primeiro fator a ser evidenciado é a falta de controle do Estado, referindo-se às vendas dos loteamentos para a iniciativa privada e aos colonos que ocupariam a região (TORRES, 2005). Contando com o apoio da iniciativa privada para desenvolver a parte estrutural de escoamento da produção e de colonização, foi dada prioridade para empresas de grande capital, devido à lógica que as empresas poderiam oferecer maior contribuição nos serviços em que ficaram comprometidas em desenvolver com o governo, como; auxílio na construção de vias de acesso, e de serviços sociais básicos (MAHAR, 1978). Torres (2005) reafirma salientando que:

[...] O governo estabelece uma política agrária para o pequeno, e ao mesmo tempo atrai o grande capital para a Amazônia com o estímulo de incentivos fiscais e as garantias necessárias para a obtenção dos grandes financiamentos. E essas garantias tinham que ser reais. E, como as terras da Amazônia eram extremamente desvalorizadas, só tinham condições de oferecer garantias aos financiamentos aqueles que possuíam grandes propriedades [...]

Partindo deste pressuposto, tentou-se corrigir esta situação com o que veio a

ser a lei 1.164, assinada pelo presidente Médici em 1971. Com o início da construção das rodovias na região amazônica, ele transferiu as terras devolutas (que se encontravam em uma faixa de 200 quilômetros ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica) do estado do Pará para o controle federal. Sob comando do INCRA, as terras que já haviam sido negociadas pelo estado, foram disponibilizadas para os novos “interessados”, tendo prioridade neste caso os pequenos agricultores (TORRES, 2005).

Com essa nova diretriz, os colonos se municiaram de seus títulos federais e migraram para os territórios correspondentes, entrando em choque com os primeiros ocupantes, os quais possuíam títulos estaduais para as mesmas terras (TORRES, 2005).



Figura 1: Cadeia de eventos para o conflito agrário no Estado do Pará.
Fonte: TORRES, 2005.

Outros problemas de equivalente proporção são o desmatamento e o processo de expulsão dos colonos para novas fronteiras agrícolas. Com a chegada das madeiras e empresas agropecuárias, muitas vezes a população local sofre além das represálias para deixar suas terras, um processo “natural” de expulsão.

Vale ressaltar a velocidade que o processo de ocupação e expansão dos latifúndios pode atingir. A preparação do pasto envolve diversos métodos utilizados para a derrubada, entre eles os mais tradicionais (foice e machado), onde seis lenhadores demoram até oito dias para derrubar um hectare de terra, e existem os mais devastadores como a técnica do “correntão”¹, que pode derrubar de quarenta a cinquenta hectares por dia (OLIVEIRA, 2005 *apud* VALVERDE, 1980). Dependendo dos objetivos e do porte do latifundiário, o “êxodo proposital” pode se alongar durante os anos, ou rapidamente expulsar o colono vizinho do território em que está inserido.

Dentre os outros fatores que são incluídos no processo de expulsão dos colonos vizinhos estão; a queimada para a preparação do pasto; o barulho proveniente das atividades madeiras e da derrubada da vegetação original; a fumaça tóxica emanada pelas queimadas para preparação do pasto; a aplicação de agrotóxicos (causando problemas de saúde nas comunidades vizinhas); a contaminação do solo, do ar e da água pela intensiva aplicação de agrotóxicos; a invasão de pragas expulsas da propriedade dos latifundiários (ocasionada pela quebra da cadeia alimentar); o surgimento de doenças nos vegetais cultivados para subsistência; a desativação dos serviços sociais pela impossibilidade de atuar perante tamanha adversidade; e por fim o abandono da propriedade pela comunidade (TORRES, 2005).

¹ Correntes de algumas toneladas puxadas por dois tratores que trabalham em paralelo, utilizadas para derrubar árvores de grande porte (OLIVEIRA, p.93, 2005).

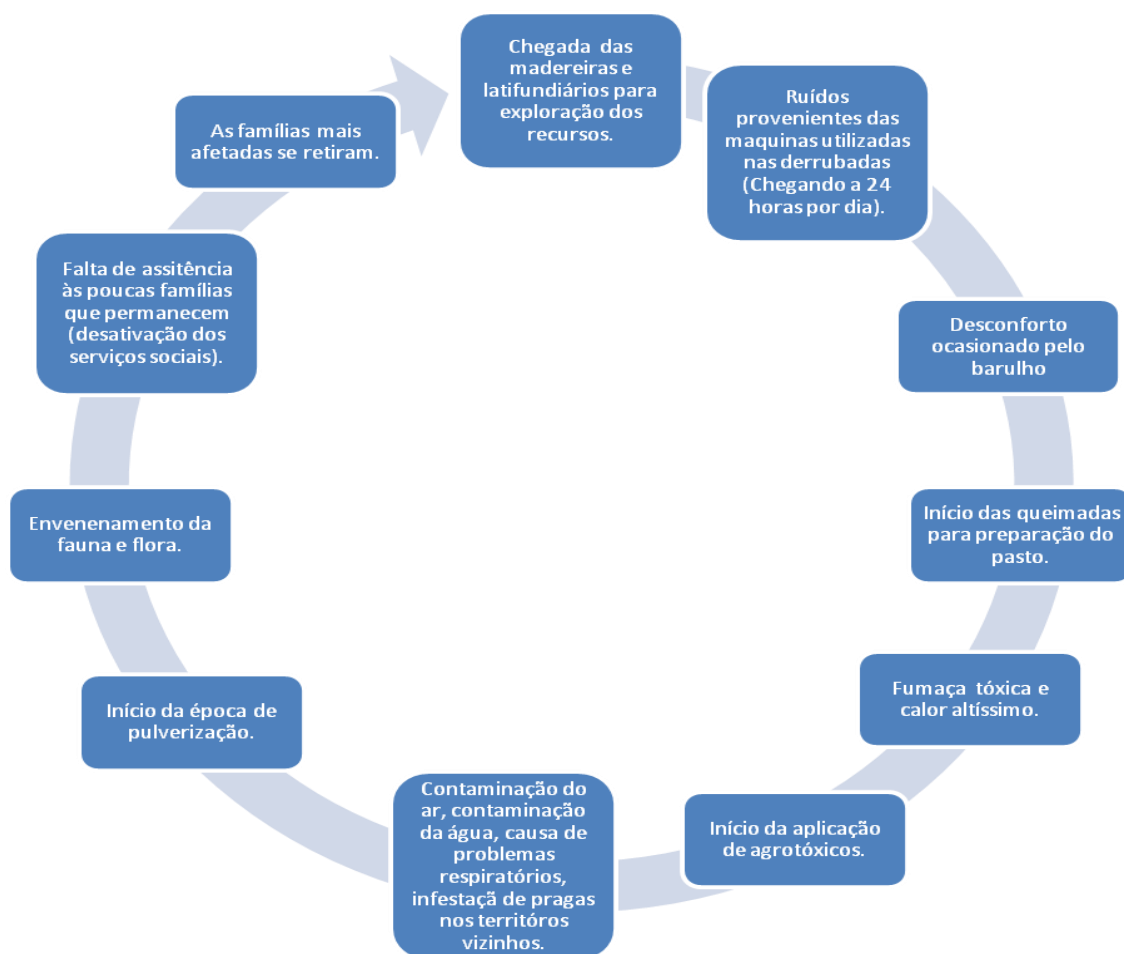


Figura 2: Processo de expulsão dos colonos.
Fonte: TORRES, 2005.

Outro problema recorrente em detrimento da fragilidade no controle das fronteiras e pela ausência do governo em certas regiões, é o crime organizado. De acordo com Arbex (2005), as organizações criminosas que atuam na Amazônia possuem diversificadas formas de ação, dentre elas a associação a redes de fraudes financeiras ao Tesouro Nacional e de evasão de divisas.

O narcotráfico possui uma das maiores participações nas atividades do crime organizado na região, seja auxiliando no transporte de drogas ilícitas para os demais estados do país ou recrutando a população local para a execução das suas atividades criminosas (ARBEX, 2005).

A biopirataria é uma das vertentes mais lucrativas, movimentando anualmente, cerca de 60 bilhões de dólares (terceiro maior negócio ilegal do mundo). Pode-se definir biopirataria como:

Ato de aceder a ou transferir recurso genético e/ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade sem a expressa autorização do Estado de onde

for extraído o recurso, ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos. Envolve ainda a não-repartição justa e equitativa - entre Estados, corporações e comunidades tradicionais - dos recursos advindos da exploração comercial ou não dos recursos advindos da exploração comercial ou não dos recursos e conhecimentos transferidos.²

No ano de 2003, a biopirataria faturou cerca de 16 milhões por dia na Amazônia, só com o tráfico de animais, excluindo outros materiais biológicos. Chega-se a estimativa de 1 bilhão de dólares por ano em prejuízos para o Brasil (ARBEX, 2005).

Entre os problemas causados por um modelo de desenvolvimento não adequado à região, é evidenciado também; o tráfico de armas, a atuação de madeiras ilegais, exploração da prostituição, do trabalho escravo, o comércio de carros roubados, assalto a cargas e o comércio de pedras preciosas (ARBEX, 2005).

A ausência de políticas governamentais para conscientizar a população local sobre a importância da fauna, da flora e do potencial mineral da região, contribui para o não-entendimento de que as atividades criminosas contribuem severamente para o desequilíbrio e a conseqüente destruição do ecossistema amazônico. Somando com a inexistência de subsídios para a diminuição da proliferação destes tipos de atividades, é facilitada a ação do crime organizado em recrutar membros da própria comunidade para a execução das atividades ilegais.

² MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Marina no Senado – 2001*. Brasília, 2002. Disponível em: < www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria >

5. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ECODESENVOLVIMENTO

5.1 A evolução do Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Veiga (2005), até década de 70 o desenvolvimento era visto pela maioria dos pensadores como mero progresso material. Na década de 80 e 90 a idéia começa a mudar. Foi percebido que o crescimento econômico não interfere imediatamente nos indicadores de desenvolvimento humano, a partir disto passa a se repensar a natureza do crescimento almejado. Sendo assim, as dimensões ecológicas e éticas começaram a dar as suas contribuições no conceito de desenvolvimento (VEIGA, 2005 *apud* CARDOSO, 1995). O conceito de desenvolvimento econômico, para Veiga (2005 *apud* FURTADO, 1974) é um mito, pois ele foi uma forma de desviar as atenções das reais necessidades da sociedade para justificar o modelo econômico perpetuado na época, o qual levou à destruição das culturas originais e à destruição do meio físico, com o intuito de sustentar um modelo já consolidado.

5.2 O Ecodesenvolvimento

Segundo Sachs (1986 *apud* MONTIBELLER FILHO, 1993), pode-se entender que o Ecodesenvolvimento consiste em desenvolver os potenciais particulares de uma região ou país atendendo ao objetivo de alcançar o bem estar social e econômico do local, de forma que o meio ambiente e os recursos ecológicos sejam preservados e explorados de maneira sustentável, permitindo assim uma gestão continuada e prudente.

É necessário ressaltar que o Ecodesenvolvimento não desconsidera os fatores econômicos de uma sociedade, ele apenas os deixa em plano secundário, tendo como principal preocupação o bem estar da maioria da população. A principal base do Ecodesenvolvimento propõe conciliar a gestão dos problemas ambientais decorrentes do crescimento e com a preservação do ambiente como fonte de desenvolvimento para futuras gerações. "Trata-se, portanto, o Ecodesenvolvimento, de um projeto de civilização, na medida em que evoca: um novo estilo de vida, conjunto de valores próprios; conjunto de objetivos escolhidos socialmente; e visão de futuro" (MONTIBELLER FILHO, 1993 *apud* SACHS, 1986).

"O conceito de Ecodesenvolvimento tem o intuito de definir um estilo de

desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, o que não significa não se poder, estendê-los às cidades" (SACHS, 1986, p. 15).

5.3 A Aplicação do Ecodesenvolvimento

Em uma publicação de 2002, Ignacy Sachs esquematiza os processos que alimentam a sustentabilidade do que é empregado pelo Ecodesenvolvimento. Para Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável não pode ser confundido com um retrocesso aos modos ancestrais de vida, ele deve transformar o conhecimento dos povos de cada ecossistema para que as tecnologias de ponta sejam codificadas em função da biomassa presente em cada região, causando um ciclo sustentável de exploração. Neste ciclo, a biotecnologia, através de seus avanços, permitirá o aproveitamento cada vez maior dos recursos oferecidos pela biomassa, em troca, permite o aproveitamento cada vez maior dos resíduos gerados na atividade explorada, fazendo assim a retroalimentação da cadeia produtiva.

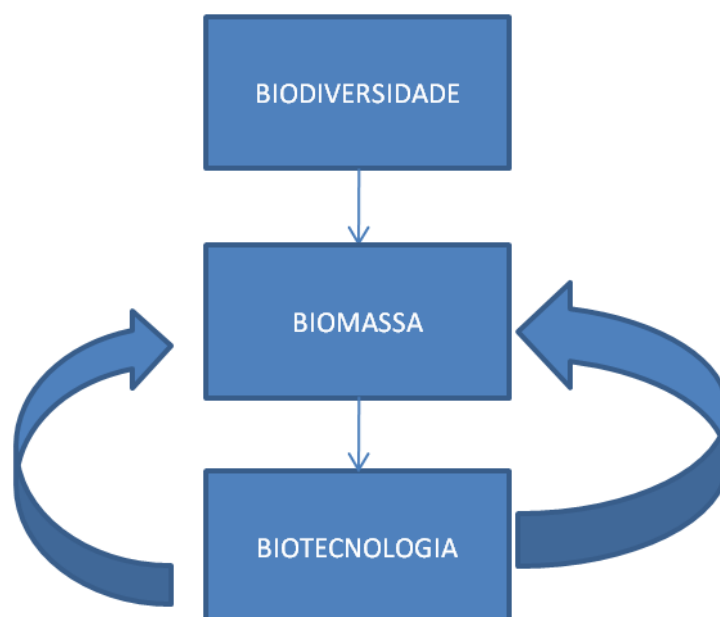


Figura 3: O Paradigma do "Biocubo"
Fonte: SACHS, 2002.

Outro ponto levantado por Sachs (2002) é que se deve atentar às estratégias de desenvolvimento que mantenham reservas naturais como solução, privando a população local de se beneficiar dos recursos provenientes de onde estão inseridas. O uso da biomassa deve ser feito, mas de maneira prudente e sustentável, para que haja o reaproveitamento dos recursos que anteriormente foram dispensados a certa atividade, como é representada na figura 4, modelo desenvolvido pelo professor

Jyoti Parikh que Sachs (2002) apresenta em sua obra, conhecido como "5-F" (*Food, feed, fuel, fertilizers, e feedstock*).

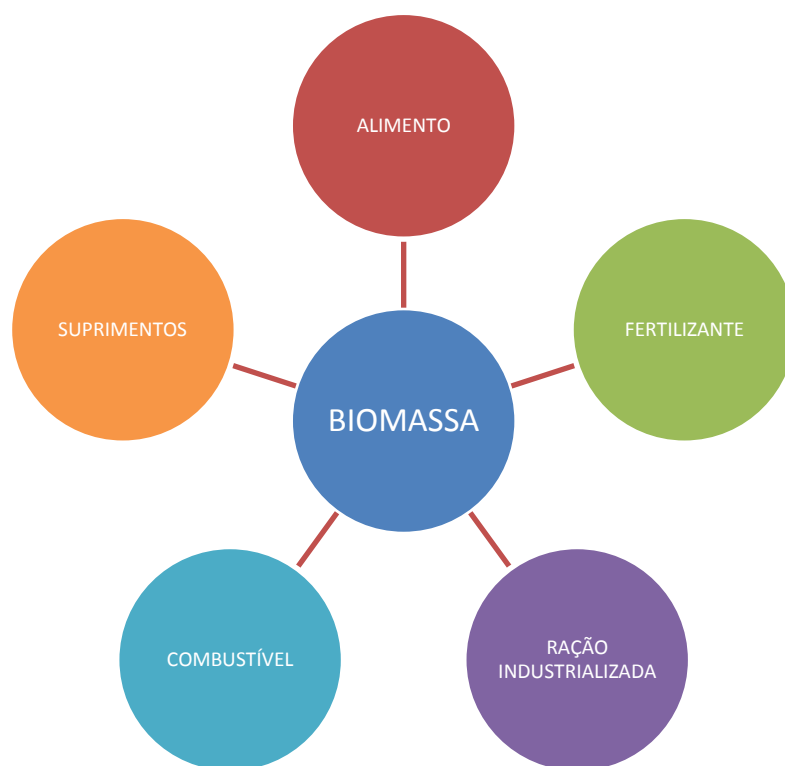


Figura 4: Modelo de reaproveitamento da Biomassa.
Fonte: SACHS, 2002.

É percebida, na figura 4, a disposição da biomassa para a produção de insumos diversos para utilização humana. Mas, como citado pelo autor, as técnicas de produção devem ser exploradas para que atinjam uma gama cada vez maior de produtos. Ampliando-se, ela gera maior aproveitamento do insumo primário (produção de produtos diversos, oriundos de uma fonte comum) e, em consequência, produz mais resíduo, com isto, segue a lógica de retroalimentação para a sustentação da biomassa.

Entre as propostas de Sachs (2002) para uma sociedade mais sustentável, podem-se destacar dez sugestões do autor, esquematizadas na figura 5:

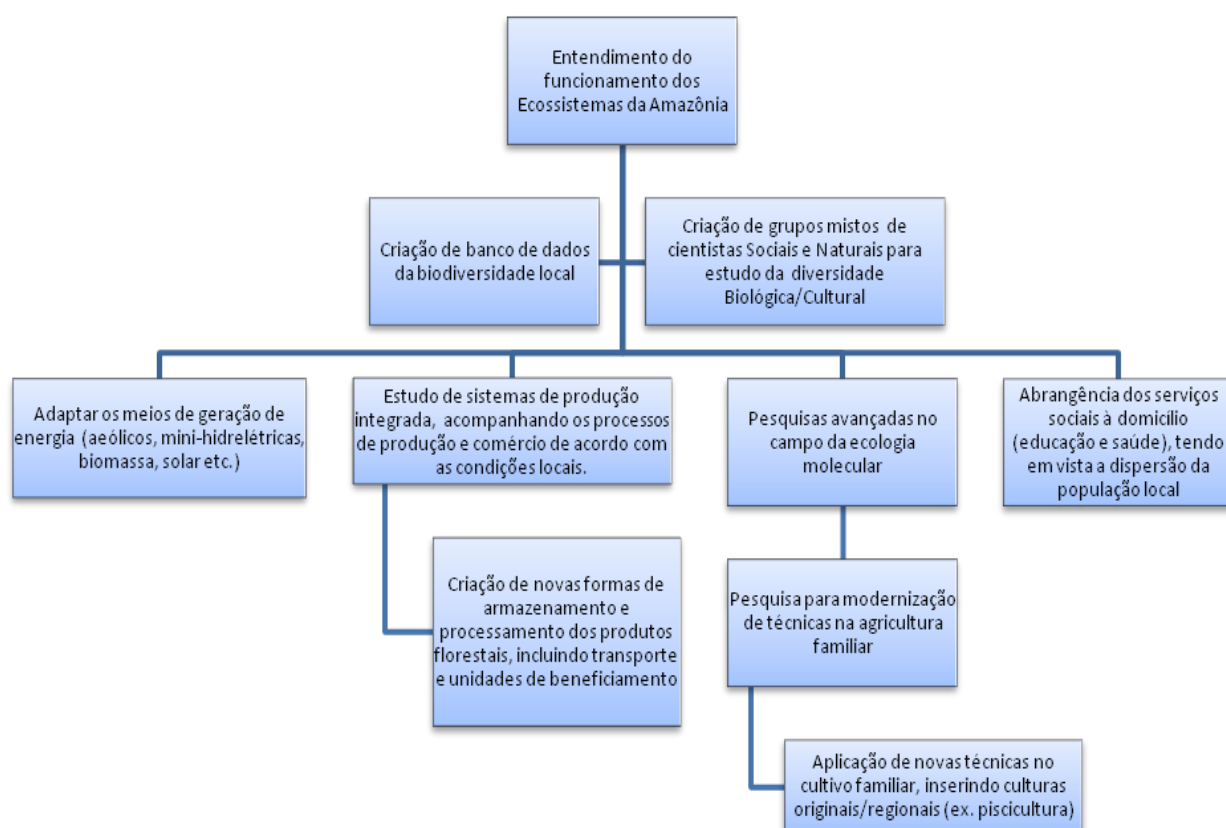


Figura 5: Dez Sugestões para uma sociedade sustentável.

Fonte: SACHS, 2002

6. PENSANDO UMA NOVA AMAZÔNIA

Evidenciando as alternativas práticas de aplicação do Ecodesenvolvimento, Sachs (1986) ressalta seis fatores; a alimentação, a habitação, a energia, a industrialização dos recursos renováveis, a conservação dos recursos naturais e os serviços sociais.

6.1 Alimentação

No quesito alimentação, Sachs (2002) inicia sua argumentação com uma crítica ao modelo de monocultura muito desenvolvido nos países em desenvolvimento. O autor ressalta que este tipo de atividade é muito suscetível a pragas e epidemias, diferente da policultura, pode causar danos biológicos onde está inserido.

Uma alternativa para aplicação de uma agricultura mais adaptada ao meio ambiente está no cultivo de espécies específicas de cada ecoregião, dando atenção maior a pesquisas etnobiológicas, para que se aproveite o que já foi gerado pelas populações locais em termo de conhecimento, seja no campesinato ou com povos tradicionais da região (SACHS, 1986).

Como exemplo, podemos citar a agrossilvicultura cultivada pelos anglo-saxões nos tempos antigos, os quais denominavam a floresta como *Narhwald*, a chamada “floresta que alimenta”. Com a “exploração tridimensional” da floresta, a população retirava seu alimento, materiais industriais para fins diversos (inclusive para produção de energia), além do cultivo de cavalos e outros animais dentro da floresta (SACHS, 1986).

A “revolução azul” é uma alternativa real em substituição da derrubada da vegetação original e do assoreamento de rios para a implantação de pastos artificiais.

[...] cultura de plantas aquáticas e criação de peixes e animais em água doce, nas lagoas e nos mares, em substituição à “caça” ao peixe. Abundam os exemplos desde o familiar caso da piscicultura em tanques, onde uma combinação judiciosa de práticas de cultura e estrumação permite atingir rendimentos muito elevados, através de ecotécnicas que praticamente não requerem nenhum investimento de capital [...]

É interessante e importante levar em consideração a disposição dos rios amazônicos, as espécies tipicamente adaptadas ao clima e o conhecimento dos

povos tradicionais para o cultivo e aproveitamento do potencial de cada espécie quando do desenvolvimento de pesquisa e de tecnologias aplicadas à Amazônia.

6.2 Habitação

Ao longo da história, cada região possuía sua peculiaridade, e a habitação era uma das mais evidentes, sempre adaptada ao lugar e ao clima. Faz-se necessária uma atenção maior no que diz respeito aos padrões da modernidade, onde muitas vezes é feita a opção pelo material considerado como o mais avançado tecnologicamente e não o que seria o ideal para uma região em particular. Um tipo de habitação não adaptada ao ambiente está sujeita a problemas relativos a diversas variáveis, seja o clima, o solo e até o impacto causado no ecossistema onde está inserida (SACHS, 1986).

[...] O aproveitamento de materiais de construção de origem local, abundantes e baratos, do bambu à taipa. Embora essa questão tenha sido relativamente bem estudada, na prática resta ainda muito a fazer a começar pela rejeição de um sistema de valores alienantes, que faz de um telhado de alumínio ou de uma casa construída com ferro e cimento – às vezes importados a altos custos – símbolos de modernidade, inclusive na selva [...] (SACHS, 1986).

Deve-se repensar a integração entre a antropologia e a ecologia no pensamento urbanístico (SACHS, 1986), deixando de lado padrões já consolidados e construindo o que realmente é o mais adequado para a região Amazônica. Esta alternativa deve receber contribuições principalmente de engenheiros e arquitetos que estejam dispostos a pensar uma nova forma de desenvolvimento, não a mera replicação de padrões urbanos.

6.3 Energia

São percebidas as intensas variações no mercado em torno de um produto único e vital para a economia moderna, o petróleo. Em regiões rurais da Amazônia, seria adequado pensar formas alternativas de obtenção de energia, seja pela dificuldade imposta pela distância aos grandes centros e pela logística necessária para atender efetivamente uma região tão abrangente.

O aproveitamento da energia através de painéis solares, a construção de pequenas barragens e até a produção de metano a partir da decomposição de fontes orgânicas (SACHS 1986) são opções válidas, que dependendo do incentivo governamental, podem ser de grande eficiência. Ressaltando que as aplicações

destas fontes alternativas de energia geram baixos impactos ambientais na região, se comparado aos grandes projetos energéticos.

6.4 Industrialização dos Recursos Renováveis

Para Sachs (1986), a dependência produtiva unilateral, faz com que o mercado fique muito vulnerável a mudanças. Visualiza-se nos materiais provenientes das florestas uma alternativa para a composição de produtos industriais.

A utilização de fibras vegetais, materiais de construção com composição vegetal, já estão presentes nos diversos produtos oferecidos no mercado comum. O que deve ser feito é a aplicação de “técnicas combinadas” de industrialização para que estes produtos sejam reaproveitados nos seus processos produtivos, causando uma necessidade retardada de retirar novamente o produto primário da floresta.

6.5 Conservação dos Recursos Naturais

Em um dos princípios do Ecodesenvolvimento, se ressalta o comprometimento das gerações atuais com as futuras, no tratante da conservação dos recursos naturais (SACHS, 1986).

Um campo ideal para o “investimento humano” seria a aplicação de políticas de conservação ambiental remunerada pelo governo. Trabalhadores do campo que estivessem no período de entressafra agrícola, se empenhariam em atividades de conservação do solo e das águas, na preservação de espécies em extinção, de reflorestamento etc. Tendo em vista o emprego intensivo de mão-de-obra, além de beneficiar as pessoas envolvidas no processo, tais atividades proporcionariam a manutenção do ecossistema local (SACHS, 1986).

6.6 Serviços Sociais

Quando se fala de estratégia de desenvolvimento, necessariamente o fator social é um dos mais importantes, tendo em vista a sua relevância do processo de formação das pessoas e da promoção de serviços de saúde em geral.

Diante dos baixos salários praticados nos países em desenvolvimento, a criação de serviços sociais surge como uma necessária alternativa para

proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população local.

Criando programas governamentais de formação e emprego para trabalhadores que atuarão promovendo saúde, educação e cultura (SACHS, 1986), seriam atendidas duas demandas ao mesmo tempo, a criação de empregos formais e a promoção de aspectos fundamentais para o bom desenvolvimento da região.

7. CONCLUSÃO

Com a análise do que foram as políticas de desenvolvimento na Amazônia, foi percebida a tentativa de implementação de modelos já aprovados em outras regiões brasileiras. O foco constante na exploração dos recursos naturais norteou a maioria das políticas de desenvolvimento, passando a ser uma das bases para o desenvolvimento pensado para a região, secundariamente eram estabelecidos fatores que deveriam providenciar o suporte na aplicação das atividades desenvolvimentistas.

As falhas que ocorreram durante a execução das políticas de desenvolvimento são recorrentes ao longo do levantamento feito na primeira parte do trabalho. Em momentos, com a fragilidade nas bases do planejamento feito para a região amazônica, fatores externos como o mercado foram supervalorizados, deixando a economia regional suscetível a mudanças de nível global, o que levou este fator a impossibilitar o sucesso do que foi estabelecido previamente.

Respondendo ao problema de pesquisa, o Ecodesenvolvimento em geral, proporciona a reflexão de que tipo de desenvolvimento é almejado por nós, se realmente os padrões considerados como comuns são os ideais para uma realidade única, no caso da Amazônia. Os seus princípios chamam atenção para variáveis do desenvolvimento que são tratadas como constantes, ou seja, a replicação de modelos já existentes e aprovados em outras regiões do Brasil e do mundo.

As alternativas que podem ser criadas a partir dos princípios do Ecodesenvolvimento abrangem diversos fatores como já foi citado na última parte do trabalho, envolvem abordagens alternativas para amenizar os impactos causados na implantação das políticas de desenvolvimento destinadas à Amazônia. A contribuição deste conceito é uma revisão do pensamento de como a tecnologia, a ecologia, a ética e as peculiaridades regionais devem ser incluídas no processo de elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da região amazônica.

Integrando os princípios do Ecodesenvolvimento aos conceitos de desenvolvimento, possivelmente ocorrerá a redução dos impactos sócio ambientais em qualquer região onde ele for implementado. Por considerar alternativas criativas na resolução de problemas como a alimentação, habitação, energia etc. é possível

amenizar o impacto cultural e estrutural das tecnologias empregadas pelo desenvolvimento “comum” em uma política de desenvolvimentista, além de melhorar indicadores sociais. Neste quesito, é importante ressaltar que nem todas as políticas de desenvolvimento voltadas à Amazônia brasileira falharam de maneira geral, o que deve ser evidenciado é o fato de que o crescimento econômico da região foi notável após a aplicação de certas políticas. A uniformidade do desenvolvimento almejado, na essência das políticas, atingiu apenas alguns focos regionais, ou seja, não beneficiou o ambiente e a população na sua totalidade, o que contraria o conceito de Ecodesenvolvimento.

Os objetivos foram alcançados através da revisão bibliográfica apresentada no trabalho. No tocante de descrever resumidamente no que consistiam as políticas de desenvolvimento para a Amazônia ao longo de sessenta anos, foi possível perceber a tentativa governamental em desenvolver a região que é considerada uma das que o estado brasileiro está mais ausente.

No tocante em descrever as principais conseqüências sócio-ambientais causadas pelas políticas de desenvolvimento, foi possível perceber que muitas destas conseqüências foram causadas pela ausência governamental em algumas décadas, seja pela má gestão do planejamento destinado à região, pelo impacto óbvio do início de obras estruturais ou pela indisponibilidade de recursos para dar continuidade aos projetos de desenvolvimento. Estes fatores possibilitaram a devastação dos recursos naturais da região amazônica, destruição sócio-cultural de povos originais, além de ser palco para atividades criminosas diversas.

Com as primeiras partes já inseridas na problemática do trabalho, foi possível discorrer sobre a evolução do pensamento do desenvolvimento sustentável, o qual começa a ser inserido nas políticas de desenvolvimento a partir da década de 1990, como é percebido na primeira parte do trabalho, em específico no governo de Fernando Henrique Cardoso. Após isto, é apresentado o conceito de Ecodesenvolvimento para dar suporte ao pensamento de uma nova alternativa para o desenvolvimento almejado para a região, de maneira que este conceito seja usado para a reflexão na construção de políticas futuras, já que as anteriores não encontraram a plenitude real do desenvolvimento.

A pesquisa bibliográfica feita no trabalho permitiu a aquisição multidisciplinar de conhecimento e proporcionou o entendimento do que consistiam as políticas de

desenvolvimento da Amazônia brasileira. Pelo fato de abranger diversas áreas do conhecimento, entre elas; geografia, sociologia, economia e história, o estudo proporcionou uma visão mais ampla do complexo problema que é desenvolver a região Amazônica.

Nas sugestões futuras de estudo, deve-se ressaltar duas; o aprofundamento bibliográfico do que consistiam e consistem as políticas de desenvolvimento regional do Brasil e a aplicação prática do Ecodesenvolvimento em microrregiões da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX, J; SEMISE, M. H. V. “Terra sem povo”, crime sem castigo: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. *In: Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. São Paulo: Moderna, 2005.

BRASIL, Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 07/01/1953. p. 276.

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 31/10/1966. p. 12563.

BRASIL, Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 31/10/1966. p. 12566.

BRASIL, Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Declara indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 02/04/1971. p. 2569.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOÉS, R. L. **Desenvolvimento e segurança na Amazônia Legal**, uma análise sobre o período de 1995 A 2008. UniCEUB. Monografia. Brasília. 2008.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1994.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, relatório de pesquisa n.39, 1978.

MONTIBELLER FILHO, G. **Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Princípios**. Textos de Economia. Florianópolis, v. 4, a. 1, p. 131-142, 1993.

OLIVEIRA, A. U. BR – 163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. *In: Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. São Paulo: Moderna, 2005.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e o seu desenvolvimento**. *In: CADERNOS de estudos brasileiros*. UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, 1973, v. 1.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer Sem Destruir**. São Paulo: Vértice 1986.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TORRES, M. Fronteira, um eco sem fim: Considerações sobre a ausência do estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR – 163. *In: Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. São Paulo: Moderna, 2005.

VEIGA, J. E. **O prelúdio do desenvolvimento sustentável**. *In: CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento*, p. 243 – 266, 2005.